



VOTO

PROCESSO: 00058.058664/2012-44

INTERESSADO: TAM LINHAS AEREAS S/A

DECISÃO DE SEGUNDA INSTÂNCIA ADMINISTRATIVA

480.^a SESSÃO DE JULGAMENTO DA ASJIN (ORDINÁRIA - RJ) - DATA: 24-05-2018

AI: 000865/2012 Data da Lavratura: 15/05/2012

Crédito de Multa nº: 642.506.14-2

Infração: Identificação de Passageiro. Conciliação de Documentos.

Enquadramento: alínea 'u' do inciso III do art. 302 do CBA c/c o art. 6.º da Resolução ANAC n.º 130, de 08/12/2009.

Data da infração: 13/04/2012 **Voo:** TAM JJ 3145 **Local:** Aeroporto Internacional de Salvador (BA) **Hora:** 17h15min

Relatora e Membro Julgador da ASJIN: Iara Barbosa da Costa - SIAPE 0210067 - Portaria ANAC n.º 2.786, de 16/10/2015.

RELATÓRIO

HISTÓRICO DO PROCESSO

Esta análise decorre do retorno do processo em discussão, após na Sessão de Julgamento de **08/06/2017**, onde esta relatora votou pela **CONVALIDAÇÃO DO AUTO DE INFRAÇÃO 000865/2012**, modificando o enquadramento do art. 299, inciso II da Lei 7.565 de 19/12/1986 (CBA) para o art. 302, inciso III, alínea *u* do CBA c/c o art. 6.º da Resolução ANAC n.º 130, de 08/12/2009, **RETIRANDO**, em seguida, o presente processo da pauta da mencionada Sessão, de forma que a secretaria desta Assessoria (ASJIN) pudesse notificar o interessado, acerca do prazo de 05 (cinco) dias, para que, se fosse do seu interesse, interpusesse suas considerações junto a esta Agência Reguladora.

Anteriormente, em Decisão de Primeira Instância Administrativa (DC1), prolatada em **28/03/2014**, havia sido imputada, à interessada, uma multa no valor de R\$ 14.000,00, por infringir o artigo 6.º da Resolução ANAC n.º 130, de 08/12/2009 c/c o artigo 299, inciso II da Lei 7.565, de 19/12/1986 (CBA), em razão de no dia **13/04/2012**, em ação de fiscalização no Aeroporto Internacional de Salvador (BA), em embarque no portão n.º 04 do referido aeroporto, a empresa TAM LINHAS AÉREAS S.A. ter deixado de efetuar a conciliação dos documentos de identificação dos passageiros do voo **JJ 3145** (SBSV-SBGL), com o cartão de embarque, não assegurando assim, que somente passageiros acertados

para o mencionado voo fossem nele embarcados.

Notificada da DC1 em **07/07/2014** (fls. 37), a empresa apresentou recurso em documento protocolizado nesta ANAC em **17/07/2014** (fls. 24 a 32), onde a empresa alega:

- Da nulidade do auto de infração: da falta de prova da alegada infração (fls. 26);
- Que não consta dos autos nenhuma prova de que a Conciliação não foi realizada, razão pela qual considera nulo o Auto de Infração (fls. 26);
- Que a autuação por não estar baseada em nenhuma espécie de prova de direito admitida, engendra situação iníqua e não tolerada pelo direito, qual seja a: a produção de prova negativa (fls. 27);
- Que não pode ser punida em decorrência de um Auto expedido sem fundamento, isto é, sem prova efetiva da conduta ilícita (fls. 28);
- Do vício do enquadramento legal (fls. 30);
- Que a simples menção do artigo 299 do CBA no auto de infração 000868/2012, implica em sua nulidade, porque não caracteriza a necessária infração nem tampouco individualiza a respectiva sanção (fls. 31
- Solicita o cancelamento da penalidade aplicada, pois considera não haver descumprido o art. 6.º da Resolução ANAC n.º 130/2009 (fls. 32);
- Diante do exposto, a recorrente requereu o conhecimento e provimento do recurso para anulação da multa e consequente arquivamento do processo administrativo.

Após a Sessão de Julgamento de **08/06/2017**, onde, à empresa, foi concedido o prazo de 05 (cinco) dias para que essa, se fosse do seu interesse, se manifestasse, a TAM protocolizou uma complementação de recurso em **11/12/2017** (**SEI 1340510**), onde alega, que inexistem nos autos qualquer tipo de comprovação acerca do descumprimento da norma, bem como em razão da revogação do artigo 6.º da Resolução ANAC n.º 130 pela Resolução n.º 254 de 2012, não pode ser condenada a cumprir uma obrigação que não mais pertence ao ordenamento jurídico, e por fim, também alega que a penalidade deverá ser afastada ou minorada diante dos elementos de nulidade indicados.

DOS OUTROS ATOS PROCESSUAIS

- **Auto de Infração [AI] n.º 000865/2012, de 15/05/2012** (fls. 01);
- Relatório de Fiscalização SRE/GFIS/000469/2012, datado de 08/05/2012 (fls.02);
- **Aviso de Recebimento [AR], referente ao AI, datado de 10/08/2012** (fls.03);
- Termo de Juntada de Documentos (fls.04);
- Folha de encaminhamento (fls.05);
- **Defesa Prévia [DP], protocolizada em 05/09/2012** (fls. 06/10);
- Procuração (fls. 11/14; 20; 33/36; 39);
- **Decisão condenatória de Primeira Instância, datada em 28/03/2014** (fls. 15/18);
- Notificação de Decisão, à TAM LINHAS AÉREAS S/A, datada de 01/07/2014 (fls. 19);
- Comprovante de pagamento no BB (fls. 21);
- Formulário de Solicitação de cópias (fls. 22; 42 a 44);
- Certidão/Declaração (fls. 23);
- **Recurso Administrativo [RC], protocolizado em 17/07/2014** (fls. 24/32);
- **Notificação Regular, via AR, referente à Decisão condenatória de Primeira Instância, em 07/07/2014** (fls. 37);
- Despacho ASJIN sobre a Tempestividade do Recurso Interposto (fls. 38);
- Guia Recolhimento (fls. 40);
- Consulta de Emissão de Comprovantes (fls. 41);
- Notificação 2542 (1311867);

- Anexo Rastreamento Correios (1344499);
- Despacho ASJIN 1344527;
- AR (SEI 1431341).

VOTO DA RELATORA:

1. DO MÉRITO

1.1. *Quanto à fundamentação da matéria - Identificação de Passageiro - Conciliação de documentos - Deixar de confrontar (Conciliar) as informações do cartão de embarque com a documentação do passageiro.*

A empresa foi autuada por ter infringido as normas que dispõem sobre os serviços aéreos, pois no ato de embarque no voo JJ 3145 (SBSV-SBGL), Aeroporto Internacional de Salvador (BA), das 17h15min do dia 13/04/2012, funcionários da TAM LINHAS AÉREAS S.A. deixaram de conciliar os documentos de identificação dos passageiros com os dados constantes dos seus cartões de embarque, não assegurando assim que, somente os passageiros do mencionado voo fossem nele embarcados.

Diante da infração do processo administrativo em questão, após a notificação ao interessado da Convalidação do Auto de Infração **000865/2012**, o recurso da empresa será analisado com fundamento na alínea 'u' do inciso III do art. 302 do CBA, Lei nº 7.565, de 19/12/1986, que dispõe o seguinte:

CBA

Art. 302. A multa será aplicada pela prática das seguintes infrações:

(...)

III - infrações imputáveis à concessionária ou permissionária de serviços aéreos:

(...)

u) *infringir as Condições Gerais de Transporte, bem como as demais normas que dispõem sobre os serviços aéreos;*

Em atenção as Condições Gerais de Transporte, que foram aprovadas pela Portaria 676/GC-5 de 13 e novembro de 2000, em relação a obrigação do transportador quanto a identificação do passageiro, deve ser observado o artigo 15 da mencionada Portaria:

(...)

Art. 15. É obrigação do transportador a identificação do passageiro que se apresenta para o embarque, não cabendo ao passageiro responsabilidade se outra pessoa usar indevidamente o bilhete extraviado.

Quanto aos deveres do passageiro, ainda de acordo com a mencionada Portaria, deve ser observado:

(...)

Dos Deveres dos Passageiros

Art. 61. São deveres dos passageiros:

a) apresentar-se, para embarque, munido de documento legal de identificação na hora estabelecida pelo transportador no bilhete de passagem;

(...)

Por fim, deve ser observado a Resolução ANAC n.º 130, de 08/12/2009, que trata da aprovação aos procedimentos de identificação do passageiro, para o embarque nos aeroportos brasileiros, e prevê em seu artigo 6.º:

(...)

Art. 6º O operador de aeronaves deve assegurar que somente passageiros atendidos para o voo sejam embarcados, por meio da conciliação, no portão de embarque, do documento de identificação com os dados constantes no cartão de embarque.
(...)

Importante ressaltar que a empresa recorrente adotou as Condições Gerais de Transporte em seu contrato de transporte aéreo, o que justifica o enquadramento pela alínea “u” do inciso III do artigo 302 do CBA. A empresa ao descumprir as Condições Gerais de Transporte, expôs os passageiros do voo JJ 3145 (SBSV-SBGL), ao não efetuar a Conciliação dos documentos de identificação com os dados do cartão de embarque dos passageiros.

1.2. *Quanto às questões de fato*

Em Relatório (fls. 02), a fiscalização da ANAC presente no Aeroporto Internacional de Salvador (BA), constatou que nos procedimentos para embarque no voo JJ 3145 (SBSV-SBGL), com partida prevista para às 17h15min do dia 13/04/2012, a empresa deixou de assegurar que somente passageiros atendidos para o mencionado voo fossem embarcados no portão 04 do referido aeroporto, por meio de conciliação do documento de identificação com os dados constantes no cartão de embarque, descumprindo o art. 6.º da Resolução ANAC n.º 130, de 08/12/2009 c/c o at. 299, inciso II do CBA.

De acordo com o art. 6.º da Resolução ANAC n.º 130, de 08/12/2009, o operador de aeronave deve assegurar que somente passageiros atendidos para o voo sejam embarcados, por meio de conciliação, no portão de embarque, do documento de identificação com os dados constantes no cartão de embarque.

Que ante o exposto foi lavrado o Auto de Infração **000865/2012**, capitulado no art. 6.º da Resolução ANAC n.º 130, de 08/12/2009, c/c art. 299, inciso II da Lei 7.565, de 19/12/1986.

1.3. *Quanto às Alegações do Interessado*

1.3.1. Primeiramente, cumpre observar que as alegações colocadas em defesa (fls. 06/10), já foram desconstruídas de forma bastante eficaz pelo *Decisor* de Primeira Instância Administrativa (fls. 15/18).

1.3.2. Em recurso (fls. 24 a 32), quanto a afirmação de que o Auto de Infração deve ser fundamentado, isto é, comprovar mediante documentação idônea, permitindo ao acusado se defender das imputações que lhe estão sendo feitas, cumpre observar que o primeiro questionamento será discutido no item 1.3.3. e, quanto ao alegado direito de defesa, deve ser observado que, ao longo de todo o processo, à empresa foi disponibilizado um tratamento imparcial e transparente, tendo essa, a todo o tempo, acesso ao processo para que pudesse fazer uso da melhor defesa. E como prova, basta verificar as fls. 22, 23, 42 a 44 que atestam o acesso da regulada aos autos do processo;

1.3.3. Quanto a alegação de nulidade da decisão recorrida, bem como a alegação de que não há previsão na Resolução ANAC n.º 130/2009 de sanção à conduta descrita como violadora da norma administrativa indicada como violada, cumpre observar que não há procedência nestas alegações, pois o Auto de Infração foi legitimante lavrado de acordo com o inciso II do artigo 299 do CBA, c/c a legislação complementar prevista no artigo 6.º da Resolução ANAC n.º 130/2009, que aprova os procedimentos de identificação do passageiro, para o embarque nos aeroportos brasileiros. Continuando, o fiscal ao detectar a infração lavrou o Auto **001763/2012** plenamente de acordo com o artigo 8.º da Resolução ANAC n.º 25/2008 e também o artigo 6.º da IN n.º 08, de 06/06/2008. Além disso, a Resolução ANAC n.º 130 é uma norma complementar que associada à Lei 7.565 de 19/12/1986 (CBA), estabelece uma diretriz na qual deve ficar assegurado que, no ato de embarque, através da conciliação dos documentos dos passageiros com os dados de seu cartão de embarque, somente esses devem ser embarcados;

1.3.4. Quanto a a alegação de que o Relatório de Fiscalização (fls. 02) não se faz acompanhar

da imprescindível documentação comprobatória da prática da infração, conforme o previsto pelo artigo 12 da IN ANAC n.º 08, de 06/06/2008, cumpre observar que a matéria que motivou a lavratura do AI **000865/2012** foi a *não conciliação do documento de identificação com os dados constantes no cartão de embarque dos passageiros* (Resolução ANAC n.º 130/2009), e assim, a anexação de FIAM, planos de voos, laudos técnicos, entre outros, não são documentos imprescindíveis para a caracterização da infração em discussão.

1.3.5. Quanto a alegação de que discorda da lavratura do Auto, pois considera que este não caracteriza a necessária infração nem tampouco individualiza a respectiva sanção (conciliação), cumpre observar que, os atos de um fiscal são providos da presunção de legitimidade e certeza, admitindo-se, contudo, prova em contrário. Considerando que o Auto de Infração foi lavrado por agente devidamente qualificado, nos termos da lei, então, o INSPAC não lavraria o Auto se a infração efetivamente não houvesse ocorrido quando no dia 13/04/2012, em processo de embarque no aeroporto Internacional de Salvador (BA), portão 04, a TAM LINHAS AÉREAS S.A. deixou de efetuar a conciliação dos documentos com os dados do cartão de embarque dos passageiros, incorrendo na infração prevista no artigo 302, inciso III, alínea *u* do CBA c/c artigo 6.º da Resolução ANAC n.º 130/2009.

1.3.6. Quanto a alegação da discordância quanto a lavratura do Auto de Infração, pois considera que o INSPAC lavrou o AI **000865/2012** com vício de legalidade, o que aflige a impugnante que afirma ter ficado sem meios de produzir **Prova Negativa**. Cumpre observar que, como já visto no item 1.3.5, os atos de um fiscal desfrutam da presunção de legitimidade e certeza, cabendo, como sabemos, prova em contrário, desde que estas provas sejam de tal forma robustas que possam desconstruir os atos do fiscal. Prosseguindo, assim foi lavrado o Auto de Infração **000865/2012**:

"Durante a missão de fiscalização realizada no aeroporto de Salvador na data de 13 de abril de 2012, foi verificado que, durante o procedimento de embarque do voo TAM JJ 3145, com destino ao Galeão e decolagem às 17h15, os funcionários responsáveis por tal procedimento deixaram de efetuar a Conciliação dos documentos de identificação com os dados constantes nos cartões de embarque, não assegurando assim que, somente os passageiros atendidos para o voo em questão fossem nele embarcados."

A infração ficou materializada com o descrito no Relatório de Fiscalização **000469/SRE/GFIS/2012** (fls. 02), onde o INSPAC aponta expressamente a ocorrência do ato. Cumpre observar que a irregularidade foi detectada pela equipe de fiscalização que atuava no Aeroporto Internacional de Salvador (BA), no dia **13/04/2012**, às 17h15min, no portão 04 do mencionado aeroporto, onde foi constatado que a empresa TAM deixou de efetuar a conciliação do documento de identificação com os dados do cartão de embarque dos passageiros do voo JJ 3145 (SBSV-SBGL).

Então, à vista do acima exposto, ao observarmos o conteúdo do Relatório de Fiscalização (fls. 02), concluímos que, ao contrário do que afirma a recorrente, o ato fiscal foi, plenamente, materializado. No procedimento administrativo sancionador, caso o interessado não concorde com o apontado pelo agente fiscal, deve apresentar provas robustas em sentido contrário, em conformidade com o artigo 36 da Lei n.º 9.784/99, o que não ocorreu no caso em tela.

1.3.7. Por fim, quanto a alegação de inobservância aos Princípios da Tipicidade e Legalidade (fls. 29), deve-se considerar, que toda ação da Administração Pública depende de prévia autorização legal. É o princípio da legalidade, específico do Estado de Direito. Assim posto, temos que a Administração Pública no exercício da função administrativa poderá aplicar sanções desta mesma natureza, sanções estas que decorrem de inobservância das condutas desejadas pelo ordenamento jurídico. É o poder punitivo do Estado, que, resta inequívoco, submete-se à prévia autorização legal. Continuando, um dos enfoques a ser delineado é compreender que as sanções administrativas têm por objetivo proteger o interesse público, disciplinando a vida em sociedade, razão pela qual o administrador não pode se furtar em aplicá-las. Trata-se de poder-dever do agente público "sempre que apurem a prática de ilícito administrativo, pois somente assim o interesse público que justifica a existência da competência sancionadora será atendido". Ao que se vê, podemos dizer que a competência sancionadora da Administração Pública é

vinculada: ocorrendo infração administrativa o agente não pode deixar de aplicar a penalidade, tendo a mesma função pedagógica e preventiva, visando desestimular comportamentos ilícitos. Este é o significado do princípio da tipicidade no campo do Direito Administrativo. “Tipicidade é o atributo pelo qual o ato administrativo deve corresponder a figuras definidas previamente pela lei como aptas a produzir determinados resultados”. A tipicidade constitui-se em garantia para o cidadão permitindo que o mesmo anteveja as condutas proibidas e respectivas sanções, além de impedir que a Administração Pública eventualmente atue de forma arbitrária, vez que somente imporá pena relativamente ao que estiver descrito na norma como infração. (Wania Brito - <http://jusvi.com/artigos/35943>)

Assim, pelo exposto, não cabe a alegação da recorrente de que foram violados os Princípios de Legalidade e Tipicidade, pois ao não efetuar a conciliação dos documentos dos passageiros do voo *TAM JJ 3145*, a empresa incorreu na infração prevista no artigo 6.º da Resolução ANAC 130, e como vimos, havendo uma infração, em obediência aos mencionados Princípios, o administrador não poderá se furtar de aplicar a sanção. Por fim, como já visto no item 1.3.2., a recorrente ao longo de todo o tempo teve acesso aos autos do processo, não cabendo, portanto, a alegação de cerceamento da defesa.

1.3.8. Conforme já explicitado, por se mostrar uma capitulação mais adequada, em decisão de Julgamento de **08/06/2017**, esta relatora decidiu pela CONVALIDAÇÃO do Auto em discussão, lavrado de acordo com o artigo 299, inciso II do CBA, para o artigo 302, inciso III, alínea *u* do CBA c/c o artigo 6.º da Resolução ANAC n.º 130/2009.

1.4. Em apresentação de recurso complementar (**SEI 1340510**), quando alega que inexistem nos autos qualquer tipo de comprovação acerca do descumprimento da norma, bem como em razão da revogação do artigo 6.º da Resolução ANAC n.º 130 pela Resolução n.º 254 de 2012, não pode ser condenada a cumprir uma obrigação que não mais pertence ao ordenamento jurídico, cumpre observar que a primeira afirmação já foi desconstruída nos itens 1.3.2, 1.3.3 e 1.3.5. Quanto a alegação de que não pode ser condenada por uma norma que não mais pertence ao ordenamento jurídico, uma vez que o art. 6.º da Resolução n.º 130 da ANAC foi revogado pela Resolução n.º 254 de 06/11/ 2012, que entrou em vigor em 07 de maio de 2013, novamente a alegação não procede, pois a infração se reporta a data de ocorrência do fato gerador, no caso, **13/04/2012**, anterior, portanto, à revogação da Resolução. Além disso, após o cumprimento do *vacatio legis* (que é o período que decorre entre o dia da publicação de uma lei e o dia em que esta entra em vigor, ou seja, que tem seu cumprimento obrigatório), no caso, entre 06/11/2012 e 06/05/2013, e considerando que a Resolução ANAC 254/2012 entrou em vigor somente em 07/05/2013, a infração está sendo analisada de acordo com a legislação que vigorava em **13/04/2012**, isto é, de acordo com a Resolução ANAC n.º 130 de 08/12/2009. Quanto a alegação de impossibilidade de agravamento da pena, esta será analisada quando se discorrer no item 2, a respeito **DO ENQUADRAMENTO E DA DOSIMETRIA DA SANÇÃO**.

1.4.1. Assim, as alegações do Interessado não podem servir para afastar a aplicação da sanção administrativa quanto ao ato infracional praticado.

1.4.2. Isso posto, restou configurada a infração apontada no AI nº **000865/2012** de 15/05/2012.

2. DO ENQUADRAMENTO E DA DOSIMETRIA DA SANÇÃO

Pelo exposto, houve, de fato, violação à legislação, com a prática de infração cuja autuação está fundamentada na alínea 'u' do inciso III do art. 302 do CBA, c/c o art. 6.º da Resolução ANAC n.º 130 de 08/12/2009, restando analisar a adequação do valor da multa aplicada, que, segundo o que dispõe o CBA, deve refletir a gravidade da infração (art. 295 da Lei nº 7.565/86).

Prosseguindo, destaca-se que, com base no Anexo II, pessoa jurídica, da Resolução ANAC nº 25/2008, o valor da multa referente à alínea 'u' do inciso III do art. 302 do CBA, poderá ser imputado em R\$ 4.000 (grau mínimo), R\$ 7.000 (grau médio) ou R\$ 10.000 (grau máximo).

Nesse contexto, cumpre observar que, após o processo de Convalidação, o valor da multa de R\$ 7.000,00 (sete mil reais), está dentro dos limites previstos pelo Anexo II à Resolução ANAC nº

25/2008, para infrações capituladas no inciso III do art. 302, alínea *u* do CBA.

Observa-se que o art. 22 da Resolução ANAC nº 25 e o art. 58 da IN ANAC nº 08, dispõem que, para efeito de aplicação de penalidades, serão consideradas as circunstâncias atenuantes e agravantes, sendo estas situações dispostas nos §1º e §2º deste mesmo artigo.

2.1. *Das Circunstâncias Atenuantes*

Na Decisão de Primeira Instância (fls. 15/18), foi considerada a inexistência de circunstâncias atenuantes para a dosimetria da pena, em alusão aos incisos do §1.º do art. 22 da Resolução ANAC n.º 25/2008 ou nos incisos do §1º do artigo 58 da Instrução Normativa ANAC nº 08/2008.

2.2. *Das Circunstâncias Agravantes*

Na Decisão de Primeira Instância (fls. 15/18), foi considerada a inexistência de circunstâncias agravantes para a dosimetria da pena, em alusão aos incisos do §2.º do art. 22 da Resolução ANAC n.º 25/2008 ou nos incisos do §2º do artigo 58 da Instrução Normativa ANAC nº 08/2008.

2.3. *Da Sanção a Ser Aplicada em Definitivo*

Dessa forma, considerando nos autos a inexistência de circunstâncias atenuantes e a inexistência de circunstâncias agravantes, a multa deve ser fixada em seu patamar médio, R\$ 7.000,00, conforme o previsto na alínea 'u' do inciso III do art. 302 do CBA.

3. **CONCLUSÃO**

Pelo exposto, vota-se por **PROVER PARCIALMENTE** o Recurso, **REDUZINDO** o valor da multa para R\$ 7.000,00 (sete mil reais).

É o voto.

Rio de Janeiro, 21 de maio de 2018.



Documento assinado eletronicamente por **Iara Barbosa da Costa, Administrador**, em 24/05/2018, às 12:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sistemas.anac.gov.br/sei/autenticidade>, informando o código verificador **1835546** e o código CRC **1E45F5BF**.

SEI nº 1835546



CERTIDÃO

Rio de Janeiro, 24 de maio de 2018.

CERTIDÃO DE JULGAMENTO EM SEGUNDA INSTÂNCIA ADMINISTRATIVA

480.ª SESSÃO DE JULGAMENTO DA ASJIN (ORDINÁRIA) - RJ - DATA: 24-05-2018

Processo: 00058.058664/2012-44

Interessado: TAM LINHAS AÉREAS S.A.

Crédito de Multa (nº SIGEC): 642.506.14-2

AI/NI: 000865/2012 **Data da Lavratura:** 15/05/2012

Membros Julgadores ASJIN:

- Cássio Castro Dias da Silva - SIAPE 1467237 - Portarias ANAC 751, de 07/03/2017 e 1.518, de 14/05/2018 - Membro e Presidente da Turma Recursal
- Iara Barbosa da Costa - SIAPE 0210067 - Portaria ANAC nº 2.786, de 16/10/2015 - Relatora
- Henrique Hiebert - SIAPE 1586959 - Portaria ANAC nº 3.625, de 31/10/2017 - Membro julgador

Certifico que a Assessoria de Julgamento de Autos em Segunda Instância – ASJIN da Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC, ao apreciar o processo em epígrafe na sessão realizada nesta data, proferiu a seguinte decisão em segunda instância administrativa:

A ASJIN, por unanimidade, PROVEU PARCIALMENTE o recurso, **REDUZINDO** o valor da multa para R\$ 7.000,00 (sete mil reais), nos termos do voto da Relatora, estando a infração enquadrada no artigo 302, inciso III, alínea *u* do CBA c/c o artigo 6.º da Resolução ANAC n.º 130, de 08/12/2009.

Encaminhe-se para a secretaria desta ASJIN para as providências de praxe.



Documento assinado eletronicamente por **Iara Barbosa da Costa, Administrador**, em 24/05/2018, às 12:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Henrique Hiebert, Especialista em Regulação de Aviação Civil**, em 24/05/2018, às 13:49, conforme horário oficial de Brasília, com



Documento assinado eletronicamente por **Cassio Castro Dias da Silva, Técnico(a) em Regulação de Aviação Civil**, em 24/05/2018, às 22:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sistemas.anac.gov.br/sei/autenticidade>, informando o código verificador **1835778** e o código CRC **AD12E925**.